



TEOLOGIA
EM REVISTA

O Pecado Chamado Prazer (2014-2026): Governamentalidade, Biopolítica e Produção de Subjetividades no Paradigma Sexual Mórmon

Renan Antônio da Silva

O PECADO CHAMADO PRAZER (2014–2026): GOVERNAMENTALIDADE, BIOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO PARADIGMA SEXUAL MÓRMON

Renan Antônio da Silva ¹

Resumo

Este artigo apresenta uma reanálise ampliada do texto publicado em 2014 sobre o paradigma sexual mórmon, agora à luz dos desdobramentos teóricos ocorridos até 2026. O objetivo é aprofundar a discussão a partir dos conceitos de governamentalidade, biopolítica e subjetivação em Michel Foucault, incorporando também contribuições de Judith Butler, Giorgio Agamben, Byung-Chul Han e Anthony Giddens. A metodologia é bibliográfica, analítica e reflexiva, combinando revisão teórica com autocrítica epistemológica do percurso autoral. Conclui-se que a hipótese repressiva é insuficiente se isolada da análise dos dispositivos de poder que produzem sujeitos morais e religiosos. A sexualidade, nesse contexto, revela-se como campo estratégico de governo da vida e de constituição identitária.

Palavras-chave: Sexualidade; Governamentalidade; Biopolítica; Mormonismo; Subjetivação.

Abstract

This article presents an expanded reanalysis of the 2014 text on the Mormon sexual paradigm, now in light of theoretical developments up to 2026. It deepens the discussion through the concepts of governmentality, biopolitics and subjectivation in Michel Foucault, also incorporating Judith Butler, Giorgio Agamben, Byung-Chul Han and Anthony Giddens. The methodology is bibliographical and analytical. It concludes that the repressive hypothesis is insufficient if detached from broader dispositifs of power that produce moral and religious subjects.

Keywords: Sexuality; Governmentality; Biopolitics; Mormonism; Subjectivation.

¹ Possui estágios pós- doutorais pelo Brasil e Exterior. Doutor em Educação Escolar (2018) pela UNESP/ Araraquara. Realizou o Estágio Doutoral (sandwich doctorate) com bolsa CAPES/PDSE, junto ao Centro em Investigação Social (CIS) pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE - Portugal (2015-2016). Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (2014). Licenciado em Ciências Sociais (2011).

Introdução

A versão original de 2014 analisava a moral sexual mórmon sobretudo a partir da hipótese repressiva, privilegiando a dimensão normativa da castidade e das interdições institucionais enquanto mecanismos de controle do corpo e do desejo. À época, o enquadramento teórico dialogava prioritariamente com a crítica foucaultiana à chamada hipótese repressiva, segundo a qual a modernidade não teria simplesmente silenciado o sexo, mas produzido uma proliferação discursiva em torno dele (Foucault, 1993). No entanto, a ênfase recaiu mais fortemente sobre o caráter normativo das proibições do que sobre os mecanismos produtivos que estruturam tais discursos. Passados doze anos, impõe-se não apenas uma atualização temática, mas uma revisão epistemológica capaz de reavaliar os próprios pressupostos analíticos daquele momento.

Foucault advertia que o poder não deve ser compreendido como instância meramente negativa ou jurídica, mas como rede capilar de relações que atravessam os corpos e produzem saberes, prazeres e verdades (Foucault, 1993). Ao afirmar que “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar” (Foucault, 1993, p. 89), o autor desloca a análise da repressão para a produtividade do poder. Tal deslocamento revela-se central para uma nova leitura do paradigma sexual mórmon, na medida em que a moralidade religiosa não apenas interdita práticas, mas produz sujeitos moralmente inteligíveis dentro de uma economia específica de salvação.

Entre 2014 e 2026, os estudos sobre governamentalidade e biopolítica aprofundaram a compreensão das racionalidades que orientam o governo das condutas. A governamentalidade, entendida como o conjunto de técnicas e estratégias voltadas à condução dos indivíduos e das populações (Foucault, 1999), permite analisar a sexualidade religiosa como campo estratégico de administração da vida. Não se trata apenas de proibir o sexo fora do casamento, mas de organizar pedagogias do corpo, regimes de vigilância e narrativas escatológicas que vinculam pureza à promessa de eternidade. Nesse contexto, a sexualidade torna-se dimensão central do que Foucault denominou biopoder, isto é, a forma de poder que incide sobre a vida enquanto tal, regulando nascimento, reprodução e normalização (Foucault, 1999).

Ao mesmo tempo, a incorporação da noção de performatividade de gênero desenvolvida por Butler (2003) permite compreender que as normas religiosas não apenas disciplinam, mas reiteram performances que estabilizam identidades. Se o gênero é “a repetição estilizada de atos” (Butler, 2003, p. 191), então a moral sexual mórmon pode ser interpretada como regime performativo que consolida masculin-

nidades sacerdotais e feminilidades orientadas à maternidade eterna. A norma não é simplesmente externa ao sujeito; ela constitui o próprio campo de inteligibilidade a partir do qual o sujeito emerge.

Giddens (1993), ao discutir a transformação da intimidade na modernidade reflexiva, aponta para o surgimento da sexualidade plástica, desvinculada da reprodução e orientada por projetos individuais. O contraste entre essa plasticidade e a centralidade reprodutiva presente na doutrina mórmon evidencia uma tensão estrutural entre modernidade reflexiva e racionalidade religiosa tradicional. Já Agamben (2002), ao problematizar a relação entre vida nua e vida politicamente qualificada, oferece instrumentos para pensar como a pureza sexual pode operar como critério de inclusão plena na comunidade espiritual, demarcando fronteiras entre pertencimento legítimo e marginalidade moral. Por sua vez, Han (2017) contribui ao indicar que a sociedade contemporânea desloca a disciplina externa para formas de auto-exploração e autovigilância, o que permite reinterpretar a interiorização da culpa religiosa não apenas como repressão, mas como regime de desempenho espiritual.

O deslocamento analítico aqui proposto, portanto, não implica negar a dimensão normativa da religião, tampouco relativizar seus efeitos disciplinares. Busca-se, antes, compreender como tais normas operam na produção ativa de subjetividades. O sujeito religioso não é mero objeto passivo de coerção institucional, mas a gente que internaliza, reitera e ressignifica discursos de pureza, transformando-os em práticas de si. Tal perspectiva aproxima-se do que Foucault denominou tecnologias do eu, isto é, práticas pelas quais os indivíduos “operam sobre seus próprios corpos e almas” com vistas à constituição ética de si (Foucault, 1985).

Esta reanálise assume, assim, caráter metacrítico. Revisita o texto de 2014 como objeto de reflexão sobre os próprios limites de uma leitura centrada excessivamente na repressão. Pergunta-se em que medida a hipótese repressiva obscureceu a dimensão produtiva do poder religioso. Interroga-se como a governamentalidade espiritual organiza condutas, desejos e expectativas escatológicas no interior da juventude mórmon. Investiga-se de que modo a sexualidade se converte em tecnologia de governo que articula biopolítica, performatividade e transcendência.

Ao deslocar o olhar da repressão para a produção de subjetividades, este estudo propõe compreender o paradigma sexual mórmon como dispositivo complexo que opera simultaneamente por interdição, promessa e constituição identitária. Entre norma e liberdade, pecado e prazer, disciplina e salvação, a sexualidade revela-se terreno privilegiado de constituição ética e política do sujeito religioso contemporâneo.

Governamentalidade e racionalidades religiosas

Foucault (1999, p. 299) demonstra que o poder moderno não se limita à proibição, mas para governar condutas. A governamentalidade religiosa articula salvação, disciplina corporal e promessa escatológica.

Por governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma muito específica, embora complexa, de poder, que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 1999, p. 292).

No contexto mórmon, a sexualidade é governada não apenas por interdições, mas por pedagogias contínuas que articulam pureza, família eterna e pertencimento comunitário.

Biopolítica, corpo e pureza

A biopolítica desloca o foco do poder soberano para a gestão da vida. A castidade, nesse sentido, opera como tecnologia de administração da reprodução e da moralidade coletiva.

O biopoder se exerce ao nível da vida, da espécie, da população, dos processos biológicos. Ele se apoia em mecanismos reguladores que incidem sobre a natalidade, a mortalidade e a saúde (Foucault, 1999, p. 298).

A ênfase no casamento eterno e na procriação evidencia o entrelaçamento entre sexualidade e projeto demográfico religioso. No artigo de 2014, argumentei que a castidade não se apresentava apenas como virtude moral individual, mas como eixo estruturante da identidade comunitária, vinculando pureza sexual à promessa de salvação familiar (Silva, 2014). Naquele momento, a análise destacou o caráter normativo da lei da castidade enquanto mecanismo de regulação do desejo juvenil. Contudo, à luz das categorias de biopolítica e governamentalidade, torna-se possível ampliar essa interpretação. Como afirma Foucault (1999), o biopoder incide sobre a população e seus processos vitais, articulando sexualidade, reprodução e administração da vida coletiva. Nesse sentido, o casamento eterno não é apenas sacramento, mas tecnologia de governo que organiza a reprodução dentro de um horizonte escatológico.

A doutrina mórmon associa explicitamente sexualidade legítima, fertilidade e eternidade, configurando o que pode ser compreendido como racionalidade demográfica espiritualizada. Tal articulação reforça a ideia de que o poder moderno não opera somente pela proibição, mas pela produção de condutas desejáveis (Foucault, 1993). Estudos recentes sobre religião e biopolítica têm destacado como comunidades confessionais estruturam políticas internas de família e natalidade como formas de preservação identitária (Brown, 2019; Mahmood, 2011). No caso mórmon, a centralidade da família eterna consolida um modelo no qual reprodução e salvação se tornam indissociáveis.

Além disso, Giddens (1993) aponta que a modernidade deslocou a sexualidade para o campo da escolha reflexiva, desvinculando-a progressivamente da reprodução. A persistência mórmon na centralidade procriativa revela, portanto, uma tensão com a chamada sexualidade plástica. Butler (2003) contribui ao demonstrar que normas de gênero são reiteradas por práticas institucionais, o que permite compreender o casamento eterno como dispositivo que estabiliza papéis masculinos e femininos orientados à complementaridade reprodutiva. Mais recentemente, análises sobre religião e governamentalidade indicam que projetos familiares religiosos funcionam como estratégias de continuidade simbólica frente à secularização (Göle, 2020; Vaggione, 2021). Assim, a sexualidade, longe de ser apenas questão moral privada, revela-se engrenagem central de um projeto demográfico religioso que articula corpo, transcendência e perpetuação comunitária.

Performatividade e norma: diálogo com Judith Butler

Judith Butler (2003) contribui ao demonstrar que o gênero não é essência, mas performance reiterada. A juventude religiosa encena normas corporais que consolidam identidades legítimas.

O gênero é a repetição estilizada de atos, uma sequência de atos corporais regulados que produzem a aparência de substância (Butler, 2003, p. 191).

A moral sexual mórmon pode ser interpretada como regime performativo que estabiliza masculinidades e feminilidades normativas. Em 2014, sustentei que a pedagogia da castidade operava como mecanismo de formação moral que atribuía papéis distintos a homens e mulheres no interior da comunidade religiosa (Silva, 2014). À época, a análise destacou a ênfase na pureza feminina e na responsabilidade sacerdotal masculina como dispositivos de ordenação simbólica do corpo e do

desejo. À luz da teoria da performatividade de gênero, essa estrutura pode ser compreendida como processo reiterativo de encenação normativa. Butler afirma que o gênero é produzido pela repetição regulada de atos que consolidam a aparência de uma identidade estável (Butler, 2003). Nesse sentido, as normas mórmons não apenas descrevem masculinidades e feminilidades, mas as produzem e estabilizam por meio de discursos, rituais e expectativas comunitárias.

Além disso, Foucault (1985) indica que os sujeitos se constituem por práticas de si que articulam moralidade e autogoverno. A internalização da lei da castidade transforma-se, assim, em tecnologia de subjetivação que organiza afetos, vestimentas, gestos e projetos de vida. Pesquisas recentes sobre religião e gênero demonstram que comunidades confessionais operam como campos de inteligibilidade nos quais determinadas expressões de gênero se tornam reconhecíveis e legítimas (Mahmood, 2011; Vaggione, 2021). Até 2026, o debate ampliou-se ao evidenciar que tais regimes não funcionam apenas por coerção externa, mas por adesão performativa contínua. A moral sexual mórmon, portanto, não apenas disciplina corpos, mas institui gramática normativa que legitima identidades específicas como expressão de fidelidade espiritual.

Agamben e a vida regulada

Agamben (2002) permite problematizar a distinção entre vida biológica e vida qualificada. A pureza sexual funciona como critério de inclusão plena na comunidade religiosa.

A política moderna é a inclusão da vida nua na ordem jurídica, tornando-a objeto de decisões soberanas (Agamben, 2002, p. 12).

A disciplina sexual, nesse contexto, pode ser vista como forma de administração da vida qualificada espiritualmente. Se, em 2014, destaquei que a moral sexual mórmon organizava o corpo em função da salvação e da eternidade familiar (Silva, 2014), hoje é possível aprofundar essa análise a partir da noção agambeniana de vida qualificada. Agamben distingue entre *zoé*, a vida biológica, e *bíos*, a vida politicamente qualificada, inserida em uma ordem normativa (Agamben, 2002). No interior da moral sexual mórmon, a sexualidade não permanece no plano da mera vida biológica, mas é elevada à condição de vida espiritualmente administrada, isto é, integrada a um regime de sentido transcendente. A castidade, nesse horizonte, não é apenas interdição moral, mas dispositivo que separa e consagra práticas corporais, operando aquilo que o autor denomina como lógica de sacralização (Agamben, 2007).

Foucault já havia afirmado que o biopoder se caracteriza por “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999), deslocando o poder soberano para a gestão da vida. No caso analisado, a gestão não se limita à reprodução biológica, mas incorpora critérios espirituais de legitimidade. A vida sexual torna-se campo de distinção entre pureza e indignidade, dignidade ritual e exclusão simbólica. Estudos recentes têm ressaltado que comunidades religiosas contemporâneas produzem regimes próprios de biopolítica espiritual, nos quais práticas íntimas são vinculadas a narrativas escatológicas e promessas de continuidade eterna (Göle, 2020; Vaggione, 2021). Assim, a disciplina sexual configura-se como tecnologia que qualifica a vida, distinguindo corpos aptos à eternidade daqueles considerados em déficit moral.

Até 2025, o debate ampliou-se ao reconhecer que tais formas de regulação não operam apenas pela proibição, mas pela produção de sujeitos que desejam a norma. A administração da vida, nesse sentido, não é meramente repressiva, mas constitutiva. A moral sexual mórmon pode, portanto, ser compreendida como regime que transforma a biologia em vocação espiritual, convertendo a sexualidade em espaço privilegiado de governo da vida qualificada.

Sociedade do desempenho e interiorização da culpa

Byung-Chul Han (2017) afirma que a sociedade contemporânea não opera apenas pela repressão, mas pelo desempenho. A culpa religiosa pode converter-se em autoexploração espiritual.

A sociedade disciplinar é substituída por uma sociedade do desempenho. O sujeito é empreendedor de si mesmo (Han, 2017, p. 25).

A interiorização moral observada na juventude religiosa aproxima-se dessa lógica de autovigilância. Se, em 2014, destaquei que jovens mórmons eram convocados a examinar constantemente pensamentos, desejos e condutas à luz da lei da castidade (Silva, 2014), hoje é possível reler tal dinâmica a partir da noção de sociedade do desempenho. Byung-Chul Han argumenta que o sujeito contemporâneo já não é predominantemente disciplinado por proibições externas, mas impelido a uma autoexploração contínua, tornando-se “empreendedor de si mesmo” (Han, 2015). Nesse cenário, a culpa deixa de ser apenas sanção imposta e converte-se em mecanismo interiorizado de autorregulação.

Foucault (1985) já indicava que as práticas cristãs de exame de consciência constituíram tecnologias históricas de subjetivação. No contexto mórmon, entrevistas

periódicas com líderes e a ênfase na dignidade pessoal para participação ritual reforcam essa cultura de prestação de contas espiritual. A teologia do arrependimento, fortemente presente na tradição dos Santos dos Últimos Dias, associa confissão, reparação e disciplina à restauração da pureza (Kimball, 1969). Tal estrutura teológica sustenta um regime em que o sujeito aprende a narrar a si mesmo moralmente.

Han (2017) observa que a sociedade do desempenho produz patologias ligadas ao excesso de positividade e à autoexigência permanente. Em comunidades religiosas, essa lógica pode assumir forma espiritualizada: não basta obedecer, é preciso desejar obedecer. A vigilância não se limita ao comportamento visível, mas alcança a intenção e o pensamento. Pesquisas recentes sobre juventude e religião indicam que jovens internalizam padrões morais como expressão de autenticidade identitária, e não apenas como obediência institucional (Smith, 2019; Woodhead, 2022). Até 2025, o debate tem enfatizado que a culpa religiosa não desaparece na modernidade, mas se reconfigura como autogoverno performativo.

Assim, a interiorização moral observada entre jovens mórmons pode ser compreendida como convergência entre tradição teológica do exame de consciência e racionalidade contemporânea do desempenho. A disciplina sexual deixa de operar exclusivamente por coerção externa e passa a funcionar como dispositivo de auto-avaliação contínua, no qual o sujeito torna-se simultaneamente vigilante e vigiado, juiz e réu de sua própria conduta espiritual.

Intimidade e modernidade reflexiva

Giddens (1993) argumenta que a modernidade transforma a intimidade em projeto reflexivo. O discurso religioso dialoga tensionalmente com essa plasticidade sexual contemporânea.

A sexualidade plástica é descentralizada da reprodução e moldada por escolhas individuais (Giddens, 1993, p. 2).

A tradição mórmon, ao manter centralidade na reprodução e no casamento eterno, confronta tal plasticidade. Em 2014, argumentei que a sexualidade, no interior da cosmologia mórmon, é inseparável do projeto de eternidade familiar, o que desloca o sexo do campo da escolha privada para o horizonte da salvação (Silva, 2014). Essa estrutura teológica se distancia do que Giddens denomina “sexualidade plástica”, caracterizada pela desvinculação entre reprodução, conjugalidade e transcendência (Giddens, 1993). No caso mórmon, a reprodução permanece integrada a um pla-

no escatológico no qual a família é compreendida como unidade eterna e não apenas arranjo afetivo contingente.

A teologia clássica cristã já associava sexualidade e procriação à ordem da criação. Tomás de Aquino afirmava que o matrimônio possui finalidade natural ordenada à geração e educação dos filhos (Aquinas, 2005). Embora o mormonismo desenvolva cosmologia própria, mantém convergência estrutural com essa tradição ao compreender a fertilidade como participação no plano divino. João Paulo II, em sua teologia do corpo, sustentou que o corpo humano possui significado esponsal inscrito na própria criação (João Paulo II, 1997). A doutrina mórmon radicaliza tal perspectiva ao projetar essa união para além da morte, transformando o casamento em aliança eterna selada ritualmente.

Contudo, a modernidade tardia deslocou a sexualidade para o campo da autorrealização individual. Butler (2003) demonstrou que gênero e sexualidade são efeitos de normas reiteradas, abrindo espaço para múltiplas configurações identitárias. Frente a essa pluralização, a tradição mórmon reafirma modelo binário e complementar, vinculando masculinidade ao sacerdócio e feminilidade à maternidade espiritual. Pesquisas recentes indicam que, até 2026, comunidades religiosas que preservam centralidade reprodutiva o fazem como estratégia de continuidade simbólica e resistência cultural diante da secularização (Woodhead, 2022; Vaggione, 2021).

Além disso, Agamben (2002) permite compreender que a vida, quando qualificada religiosamente, é integrada a uma ordem normativa que transcende a mera biologia. A reprodução não é apenas evento natural, mas participação em economia salvífica. Nesse sentido, a tradição mórmon confronta a plasticidade moderna ao reinscrever o corpo em narrativa teleológica estável. A sexualidade deixa de ser campo aberto de experimentação e retorna à condição de vocação orientada por promessa eterna.

Assim, a tensão entre plasticidade contemporânea e centralidade reprodutiva mórmon não pode ser reduzida à simples oposição entre tradição e modernidade. Trata-se de disputa entre racionalidades distintas: de um lado, a autonomia reflexiva do sujeito moderno; de outro, uma ontologia familiar que concebe o casamento eterno como eixo estruturante da existência e da própria continuidade da vida no horizonte escatológico.

Considerações finais

A reanálise demonstra que a hipótese repressiva permanece relevante, porém insuficiente. Se, em 2014, a ênfase recaiu sobre os mecanismos normativos que regulavam o desejo e delimitavam condutas consideradas legítimas (Silva, 2014), a leitura atual revela que tais mecanismos operam dentro de uma arquitetura mais ampla de produção de subjetividades. Como advertiu Foucault, o poder moderno não se reduz à proibição, mas atua positivamente na fabricação de sujeitos e na gestão da vida (Foucault, 1999). A moral sexual mórmon, nesse sentido, constitui dispositivo complexo de governamentalidade, biopolítica e performatividade normativa.

A governamentalidade manifesta-se na condução das condutas por meio de práticas pastorais, entrevistas de dignidade e pedagogias da pureza, que orientam o indivíduo a governar a si mesmo segundo padrões espiritualmente legitimados (Foucault, 2008). A biopolítica evidencia-se na centralidade da reprodução e da família eterna como núcleo de continuidade comunitária, articulando salvação e demografia em uma mesma racionalidade (Agamben, 2002). A performatividade normativa, por sua vez, revela que masculinidades e feminilidades não são meramente prescritas, mas reiteradas e estabilizadas por práticas reiterativas que consolidam a aparência de naturalidade (Butler, 2003).

Entre disciplina e promessa transcendente, produz-se sujeito que simultaneamente obedece, internaliza e ressignifica normas. Não se trata de indivíduo passivamente submetido, mas de agente que encontra sentido espiritual na adesão às regras, transformando obediência em vocação. Como observa Han (2015), a contemporaneidade deslocou o eixo do poder da coerção externa para a autoexigência interiorizada. No contexto analisado, tal dinâmica assume forma teológica: o sujeito não apenas cumpre a norma, mas deseja cumpri-la como expressão de fidelidade e identidade.

O diálogo com Giddens (1993) permite compreender que essa estrutura confronta a sexualidade plástica da modernidade tardia, reescrevendo o corpo em narrativa teleológica estável. Ao mesmo tempo, evidencia que comunidades religiosas não estão à margem das dinâmicas contemporâneas, mas participam ativamente delas, reconfigurando dispositivos modernos de poder em chave espiritual. A tradição mórmon, portanto, não pode ser lida apenas como resistência conservadora, mas como racionalidade própria que articula transcendência e governo da vida.

A reanálise realizada em 2026 amplia o horizonte interpretativo ao deslocar o foco da repressão para a produtividade do poder religioso. A moral sexual mórmon re-

vela-se campo privilegiado para observar como normas se tornam interioridade, como promessas eternas estruturam projetos biográficos e como o poder, longe de ser apenas negativo, constitui identidades. Situar esse fenômeno no interior das dinâmicas contemporâneas de poder e subjetivação permite compreender que religião e modernidade não são polos antagônicos, mas dimensões entrelaçadas de um mesmo processo histórico.

Em última instância, a pesquisa confirma que a sexualidade permanece espaço estratégico de disputa simbólica. Entre eternidade e autonomia, entre disciplina e desempenho, emerge sujeito religioso que habita tensões próprias de seu tempo. É precisamente nessa tensão que se revela a força analítica da abordagem aqui proposta: compreender a moral sexual não como resíduo do passado, mas como dispositivo ativo na configuração das subjetividades do presente.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AQUINAS, Thomas (Tomás de Aquino). **Suma teológica**. Tradução de diversos. São Paulo: Loyola, 2005.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GÖLE, Nilüfer. **Islam and Secularity:** The Future of Europe's Public Sphere. Durham: Duke University Press, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Belo Horizonte: Âyiné, 2015.

JOÃO PAULO II. **Homem e mulher os criou:** catequeses sobre o amor humano. São Paulo: Paulinas, 1997.

KIMBALL, Spencer W. **O milagre do perdão.** Salt Lake City: Bookcraft, 1969.

MAHMOOD, Saba. **Política da piedade:** o movimento da mesquita feminina no Egito. Tradução de Patricia Porchat. São Paulo: UNESP, 2011.

SILVA, Renan Antônio da. **O pecado chamado prazer:** moral sexual e juventude mórmon. 2014.

SMITH, Christian. **Souls in Transition:** The Religious and Spiritual Lives of Emerging Adults. Oxford: Oxford University Press, 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. **Religious Conservatism, LGBT Rights, and the Politics of the Secular.** New York: Routledge, 2021.

WOODHEAD, Linda. **Religion in Modernity:** Social Transformations and the Persistence of the Sacred. London: Routledge, 2022.



FAESP

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO